

Ativos e passivos. Instrumentos financeiros. Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração. Ativos financeiros são reconhecidos e medidos inicialmente pelo valor justo...

Table with columns: Ativo diferido, Passivo diferido, Consolidado. Rows include: Saldo inicial, Saldo incorporado, Adições, Baixas, Saldo final, Descrição, Saldo inicial, Saldo incorporado, Adições, Baixas, Saldo final, Descrição.

Cabe ressaltar que a amortização do ágio tem exaustivo relevante em 2021 e exaustão completa em 2024, quando as projeções dos lucros tributáveis futuros da Companhia passam a apresentar perspectiva de lucros tributáveis e assim iniciar a compensação dos impostos diferidos sobre prejuízo fiscal a taxa negativa...

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include: Ativo circulante, Caixa e equivalente de caixa, Clientes, Impostos a recuperar, Outros créditos, Acervo patrimonial líquido incorporado, Total do ativo.

Balço patrimonial. Saldo da Mobcom incorporados na controladora em 01/11/2020. Ativo circulante, Caixa e equivalente de caixa, Clientes, Impostos a recuperar, Outros créditos, Acervo patrimonial líquido incorporado, Total do ativo.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2020, 31/12/2019. Rows include: Ativo circulante, Caixa e equivalente de caixa, Clientes, Impostos a recuperar, Outros créditos, Acervo patrimonial líquido incorporado, Total do ativo.

ridas foram canceladas, sem redução do capital social. Em 22 de fevereiro de 2021, após a aprovação das demonstrações contábeis, o Conselho de Administração aprovou o aumento do Capital Social em R\$ 8.863, com a consequente emissão de 794 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, em virtude do exercício de opções de compra de ações. O Plano prevê que o exercício de opções de compra de ações está condicionado à ocorrência de um evento de liquidez, o qual inclui a consumação de uma oferta pública de ações da Companhia. Detalhes sobre o plano encontram-se na nota explicativa nº 18. Em decorrência desses movimentos, o capital social da Companhia é de R\$786.418 em 31 de dezembro de 2020. Em 22 de fevereiro de 2021, o capital social é de R\$ 795.281, totalmente integralizado, divididos em 80.415 ações, sendo todas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, estando dentro do limite de capital autorizado no estatuto da Companhia. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social em até 100.000 de novas ações ordinárias e, portanto, até o limite de 179.622 ações ordinárias, independentemente de reforma estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações. b) **Reserva de lucros:** A reserva de lucro está devidamente suportada pelo artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. A referida reserva foi constituída no exercício de 2015 e de acordo com o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, seu saldo está limitado ao capital social, devendo o excesso ser aplicado no aumento do capital ou na distribuição de dividendos. Durante o exercício, conforme proposta de orçamento de capital preparada pela Administração, R\$ 9.129 foram destinados como retenção de lucros. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício ajustada na forma da lei, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Na forma da Lei, são consideradas subvenções para investimentos os incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado do Espírito Santo (Compete) que beneficiam as operações da Companhia naquele Estado. Em consequência, o montante desse incentivo é registrado em conta de reserva específica, cujo saldo somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou compensação de prejuízos, não podendo ser distribuídos ou repassados aos sócios ou acionistas. O CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamental orienta como os valores da subvenção governamental devem ser registrados. Em 31 de dezembro de 2020 a reserva de lucros somava R\$332.644 (R\$171.704 em 31 de dezembro de 2019). c) **Dividendos:** O Estatuto da Companhia determina que do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, destinar-se-á 5% para a constituição de reserva legal e o restante terá a destinação que lhe for determinada pela Assembleia Geral, assegurado aos acionistas o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 25%. Em 15 de abril de 2019, o Conselho da Administração aprovou a distribuição de R\$11.732 em dividendos adicionais pagos à conta de reserva de lucros retidos. Em 12 de dezembro de 2019, com a finalidade de converter as ações preferidas em ações ordinárias e assim cumprir o regulamento do Novo Mercado, viabilizando

o planejamento de emissão pública de ações da Companhia, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de R\$45.220 em dividendos adicionais pagos à conta de reserva de lucros retidos para os acionistas titulares das ações preferenciais de classe A. As ações preferenciais de classe A possuem preferência, nos termos do art. 17, I da Lei nº 6.404/1976, no recebimento de dividendos fixos e cumulativos em relação às ações ordinárias e às ações preferenciais de classe B. Ainda no dia 12 de dezembro de 2019, os dividendos acima mencionados foram pagos aos acionistas titulares das ações preferenciais de classe A, mediante notas promissórias pró solo de emissão da Companhia, onde R\$ 25.000 foram liquidados integralmente no primeiro semestre de 2020, com juros incorridos de R\$ 578, e R\$ 20.220 com vencimento em 30 de novembro de 2020, sendo corrigido a 137% do CDI, dando por liquidado os dividendos adicionais distribuídos dentro do prazo estipulado nos termos do art. 205, §3º, da Lei nº 6.404/1976. As notas promissórias que inicialmente tinham vencimento para 30 de novembro de 2020 foram prorrogadas pelas partes para 30 de abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram constituídos os dividendos mínimos obrigatórios conforme tabela abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	167.645	100.630
Reserva legal	(8.382)	(5.031)
Reserva de incentivos fiscais	(132.443)	(91.850)
Base de cálculo para dividendos	26.820	3.749
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	6.705	937

18. **Plano de opção de compra de ações:** A Companhia possui dois planos de opção de compra de ações com prazos vigentes, além de um terceiro plano com nenhum programa vigente e participante outorgado. Os Planos foram aprovados como segue: (i) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Allied S.A. realizada em 29 de dezembro de 2014, posteriormente retificado em razão da incorporação da Allied S.A pela Companhia, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 31 de março de 2016, com efeito retroativo desde 29 de dezembro de 2014 e adotado conforme Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 2 de março de 2017 ("SOP 2014"); (ii) Plano de Opção de Compra de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 28 de setembro de 2018, posteriormente retificado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de dezembro de 2019 ("SOP 2018"); e (iii) Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aos administradores, executivos e prestadores de serviço da Companhia e de suas controladas aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 3 de fevereiro de 2020 ("SOP 2020"). No âmbito dos Planos, cada opção dá ao participante do SOP 2014 e/ou do SOP 2018, o direito de adquirir 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal da Companhia. Além disso, em ambos os casos, as opções foram vestidas de acordo com os prazos de carência contratuais indicados resumidamente abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(73.343)	(80.646)
Frete e carretos	(55.270)	(48.425)
Comissões e representações	(82.820)	(50.735)
Despesa com propaganda e marketing	(12.464)	(2.371)
Devedores duvidosos	(32.994)	(7.336)
Perdas ou ganhos	(6.383)	(6.675)
Despesas com cobrança	(3.305)	(1.796)
Despesa com depreciação	(35.419)	(19.392)
Despesas de aluguel	(5.169)	(6.963)
Desconto com aluguéis (Covid-19)	7.802	-
Gastos com ocupação	(12.480)	(12.410)
Taxa administrativa de cartão	(18.259)	(12.989)
Outras despesas com vendas	(10.330)	(8.101)
Total	(342.543)	(257.839)

22. **Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(74.431)	(42.779)
Despesas com aluguel	-	-
Desconto com aluguéis (Covid-19)	255	-
Gastos com ocupação	(4.097)	(2.327)
Despesa com serviços de terceiros	(24.938)	(16.405)
Despesa com depreciação e amortização	(16.343)	(15.359)
Despesas com seguros patrimoniais	(2.325)	(2.091)
Outras despesas gerais e administrativas	(11.107)	(7.131)
Total	(132.986)	(66.092)

23. **Outras receitas (despesas) operacionais**

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação (despesas) com impostos extemporâneos - ICMS	(2.856)	2.792
Ativos indenizatórios contratuais	-	12.567
Obrigações contratuais não efetivadas (earn-out)	13.362	11.539
Rescisões e infrações	-	(9.878)
Consultores jurídicos	(5.132)	(9.068)
Despesas contingenciais	-	(3.225)
Crédito de seguros sinistro	558	1.174
Resultado de baixa de imobilizado	(697)	741
Outras receitas (despesas) operacionais	2.806	(5.069)
Total	8.041	5.773

sultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Juros e multas	(54.162)	(32.564)
Juros sobre debêntures	(19.727)	(30.709)
Varição monetária e cambial passiva	(167)	(1.307)
Juros de arrendamento	(12.672)	(10.748)
Outras despesas financeiras	(2.886)	(3.721)
Despesas financeiras	(89.614)	(79.049)
Receita de aplicações financeiras	7.349	5.204
Juros ativos	2.292	4.754
Varição monetária e cambial ativa	929	538
Outras receitas financeiras	945	728
Receitas financeiras	11.515	11.224
Total	(78.099)	(67.825)

25. **Gestão de riscos financeiros:** A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. 25.1. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 5). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos

	31/12/2020	31/12/2019
Juros e multas	(54.162)	(32.564)
Juros sobre debêntures	(19.727)	(30.709)
Varição monetária e cambial passiva	(167)	(1.307)
Juros de arrendamento	(12.672)	(10.748)
Outras despesas financeiras	(2.886)	(3.721)
Despesas financeiras	(89.614)	(79.049)
Receita de aplicações financeiras	7.349	5.204
Juros ativos	2.292	4.754
Varição monetária e cambial ativa	929	538
Outras receitas financeiras	945	728
Receitas financeiras	11.515	11.224
Total	(78.099)	(67.825)

20. **Costo dos produtos vendidos**

	31/12/2020	31/12/2019
Costo das mercadorias vendidas	(4.332.839)	(3.479.519)
Descontos obtidos de fornecedores	372.700	391.933
Despesa com pessoal	(7.488)	(5.565)
Depreciação e amortização	(6.631)	(2.124)
Armazemagens	(5.890)	(5.994)
Desconto com armazenagem (Covid-19)	7	-
Material de embalagem	(1.600)	(1.100)
Total	(3.981.741)	(3.102.369)

21. **Despesas com vendas**

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(73.343)	(80.646)
Frete e carretos	(55.270)	(48.425)
Comissões e representações	(82.820)	(50.735)
Despesa com propaganda e marketing	(12.464)	(2.371)
Devedores duvidosos	(32.994)	(7.336)
Perdas ou ganhos	(6.383)	(6.675)
Despesas com cobrança	(3.305)	(1.796)
Despesa com depreciação	(35.419)	(19.392)
Despesas de aluguel	(5.169)	(6.963)
Desconto com aluguéis (Covid-19)	7.802	-
Gastos com ocupação	(12.480)	(12.410)
Taxa administrativa de cartão	(18.259)	(12.989)
Outras despesas com vendas	(10.330)	(8.101)
Total	(342.543)	(257.839)

22. **Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(74.431)	(42.779)
Despesas com aluguel	-	-
Desconto com aluguéis (Covid-19)	255	-
Gastos com ocupação	(4.097)	(2.327)
Despesa com serviços de terceiros	(24.938)	(16.405)
Despesa com depreciação e amortização	(16.343)	(15.359)
Despesas com seguros patrimoniais	(2.325)	(2.091)
Outras despesas gerais e administrativas	(11.107)	(7.131)
Total	(132.986)	(66.092)

23. **Outras receitas (despesas) operacionais**

	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação (despesas) com impostos extemporâneos - ICMS	(2.856)	2.792
Ativos indenizatórios contratuais	-	12.567
Obrigações contratuais não efetivadas (earn-out)	13.362	11.539
Rescisões e infrações	-	(9.878)
Consultores jurídicos	(5.132)	(9.068)
Despesas contingenciais	-	(3.225)
Crédito de seguros sinistro	558	1.174
Resultado de baixa de imobilizado	(697)	741
Outras receitas (despesas) operacionais	2.806	(5.069)
Total	8.041	5.773

24. **Despesas com vendas**

	31/12/2020	31/12/2019
Despesa com pessoal	(73.343)	(80.646)
Frete e carretos	(55.270)	(48.425)
Comissões e representações	(82.820)	(50.735)
Despesa com propaganda e marketing	(12.464)	(2.371)
Devedores duvidosos	(32.994)	(7.336)
Perdas ou ganhos	(6.383)	(6.675)
Despesas com cobrança	(3.305)	(1.796)
Despesa com depreciação	(35.419)	(19.392)
Despesas de aluguel	(5.169)	(6.963)
Desconto com aluguéis (Covid-19)	7.802	-
Gastos com ocupação	(12.480)	(12.410)
Taxa administrativa de cartão	(18.259)	(12.989)
Outras despesas com vendas	(10.330)	(8.101)
Total	(342.543)	(257.839)

25. **Gestão de riscos financeiros:** A Companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. 25.1. **Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de suas controladas de clientes. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Companhia possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração. As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (vide Nota Explicativa nº 5). O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos

25.2. **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas possam encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Em 31/12/2020

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação	-	-	-	-	829
Fornecedores	1.760.829	-	-	-	1.760.829
Arrendamento mercantil	17.294	19.107	52.062	37.312	125.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	79.018	114.806	229.625	-	423.449
Outros passivos	11.504	10.242	-	-	21.746
Total	1.868.645	144.155	281.687	37.312	2.331.799

Em 31/12/2019

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Operação	-	-	-	-	829
Fornecedores	1.760.829	-	-	-	1.760.829
Arrendamento mercantil	17.294	19.107	52.062	37.312	125.775
Empréstimos, financiamentos e debêntures	98.935	114.806	229.625	-	443.366
Outros passivos	11.507	10.242	-	-	21.749
Total	1.888.595	144.155	281.687	37.312	2.351.749

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão comparados com os valores divulgados no balanço patrimonial para contas a pagar por aquisição de controladas. Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. 25.3. **Risco de mercado:** i) **Risco da taxa de juros:** Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado. Com objetivo de reduzir os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia e suas controladas adotam a política de manter seus recursos aplicados em instrumentos atrelados ao CDI. A Companhia historicamente tem obtido resultados satisfatórios em relação às suas metas de mitigação deste risco. ii) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, principalmente hedge financeiro, com o propósito de proteger suas importações contra riscos de flutuação nas taxas de câmbio. As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidas diariamente no resultado, considerando-se o valor de realização desses instrumentos (valor de mercado). A provisão para as perdas e ganhos não realizados é reconhecida na conta "Empréstimos, financiamentos e debêntures" no balanço patrimonial e a contrapartida no resultado é na rubrica "Ganhos/perdas - derivativos", líquidas. iii) **Análise de sensibilidade:** Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável, segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de doze meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável do cenário provável considerada, respectivamente (cenários possível e remoto). Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foram obtidas as projeções do CDI para avaliação dos impactos monetários no cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de +25% e +50% para a exposição aos passivos financeiros indexados à variação cambial do dólar norte-americano e do CDI, conforme a seguir:

Operação

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	338.360	353.587
Aplicações financeiras	338.360	353.587
Total	338.360	353.587

Passivos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	423.449	442.504
Fornecedores estrangeiros	7.261	7.292
Total	431.210	449.796

Operação

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros	338.360	353.587
Aplicações financeiras (Nota 4.1)	338.360	353.587
Total	338.360	353.587

Passivos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	423.449	442.504
Total	423.449	442.504

Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário

recebidas da Administração e dos auditores independentes, assim como na supervisão dos trabalhos da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. ("EY") é a empresa responsável pela auditoria das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais (ITRs) arquivados junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Com relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a EY emitiu relatório em 1 de março de 2021 contendo opinião sem ressalvas. **Atividades do Comitê de Auditoria em 2020:** O Comitê de Auditoria reuniu-se 2 (duas) vezes em 2020. Como parte da agenda de trabalho adotada pelo Comitê, um de seus membros reuniu-se mensalmente com os responsáveis pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance, Auditoria Interna e Controladoria. Dentre

as atividades realizadas durante o exercício, cabe destacar os seguintes aspectos: a) discussão sobre a proposta de criação de um Comitê de Compliance pelo Conselho de Administração da Companhia; b) tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna e supervisionar a sua execução, bem como recomendar a aprovação do plano de auditoria para 2021; c) acompanhar a execução durante 2020, e recomendar a aprovação do plano de mapeamento, gestão de riscos e controles internos da Companhia para 2021; d) acompanhar e supervisionar o desenvolvimento da matriz de riscos inerentes de Compliance e a matriz de riscos inerentes de perda de ativos no varejo, os controles internos e planos de ação para mitigação; e) supervisionar a implementação do plano de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"); f) acompanhar o processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anual da Allied, do Relatório da Administração e dos Relatórios de Resultados; e g) reunir-se com a EY para discussão dos informes trimestrais (ITRs) submetidos a sua revisão, tomar

conhecimento dos relatórios trimestrais de revisão e do parecer de auditoria sobre as demonstrações financeiras do fim de 31 de dezembro de 2020, questionar os auditores em relação aos planos de trabalho e sua execução, e responder às questões recebidas. **Conclusão:** Com base nos trabalhos executados, e no monitoramento dos controles internos exercidos pelas áreas de Compliance e Auditoria Interna, o Comitê de Auditoria considera adequadas a estrutura e práticas de governança em vigor. Em consequência, suportado pelos trabalhos realizado e pelo parecer dos auditores independentes, o Comitê de Auditoria da Allied recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Jundiaí/SP, 1 de março de 2021.

Rafael Patry Carneiro Leão - Coordenador do Comitê de Auditoria

Francisco Henrique Passos Fernandes - Membro do Comitê de Auditoria

João Pedro Martins Flecha de Lima - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

iram, entre outros, a avaliação dos controles internos chave relacionados ao processo de venda, envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e análise dos documentos de venda visando adicionar a data da entrega dos produtos para uma amostra das receitas reconhecidas ao longo do ano. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos considerando as expectativas obtidas com base em nosso conhecimento histórico da Companhia, além de tendências e sazonalidade da operação aplicáveis ao setor. Como resultado destes procedimentos, foi identificado ajuste de auditoria indicando a necessidade de complemento de reversão da receita reconhecida, o qual não foi ajustado pela Companhia em decorrência da imaterialidade sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e utilizados no reconhecimento de receitas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 5, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Recuperabilidade de ativo ("goodwill") gerado em combinações de negócios:** De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia é requerida a proceder anualmente um teste de recuperabilidade dos valores registrados como ativos intangíveis de vidas úteis indefinidas, incluindo o ativo por rentabilidade futura ("goodwill"). A Companhia apresenta, conforme nota explicativa nº 11, um saldo de R\$ 561.580 mil no consolidado, representando aproximadamente 17% do total do ativo consolidado em 31 de dezembro de 2020. Esse item foi considerado como um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como, é baseado em diversas premissas tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, utilização de profissionais especializados para nos auxiliar na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia, em particular relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxa de crescimento, taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa descontados, margem de lucro de todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGC). Também avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do goodwill, incluídas nas notas explicativas às demonstrações contábeis. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ativo, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa nº 11, são aceitáveis, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas